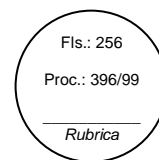




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Processo nº 0396/1999 E (Volumes I e II)

Apenso: Processo GDF nº 073.002.293/98

Origem: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA

Assunto: Aposentadoria por Tempo de Serviço

Ementa: Aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, de **FRANCISCO DE ARAÚJO TEIXEIRA**. Ato publicado em 14/09/2000 e retificado em 03/05/01, 23/02/05 e 14/09/05. Primeira inativação considerada ilegal na sessão de 14/12/99, conforme Decisão nº 10697/99. Cumprimento parcial da diligência objeto da Decisão nº 3235/2005. Instrução da 4ª ICE e parecer do Ministério Público concluindo pela baixa dos autos em nova diligência preliminar junto à jurisdição, com vistas ao saneamento das pendências indicadas às fls. 260 e 261. Acolhimento desta conclusão.

Parecer do MPJTCDF: Procuradora-Geral em exercício CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

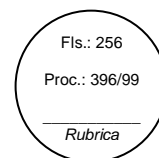
Data de inserção em pauta: 07.03.2006

Versam estes autos sobre a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, de **FRANCISCO DE ARAÚJO TEIXEIRA**, Matrícula nº 90.046-X, no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, concedida com fundamento nos arts. 41, inciso III, alínea “c”, e § 4º, da LODF, 186, inciso III, alínea “c”, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, com as vantagens previstas nos arts. 7º da Lei nº 1.004/96, 4º da Lei nº 1.141/96 e 4º, parágrafo único, da Lei nº 1.864/98, conforme ato publicado em 14/09/2000 e retificado em 03/05/01, 23/02/05 e 14/09/05 (fls. 40, 44, 45, 63 e 78 do apenso).

Registre-se que, tendo em conta o não-atendimento da condição imposta pelo art. 8º, III, alínea “b” (regra de transição), da Emenda Constitucional nº 20/98, o Tribunal, na sessão realizada em 14/12/99,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



conforme a Decisão nº 10697/99 (fl. 82), considerou ilegal a primeira aposentadoria concedida ao nominado servidor.

Na sessão realizada em 07/07/05, conforme a Decisão nº 3235/2005 (fl. 257), este Tribunal houve por bem determinar que a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento providenciasse o seguinte:

I - retifique o ato de fl. 40, alterado pelos de fls. 44, 45 e 63, para fazer constar seus efeitos a contar de 03/04/2000 e excluir a expressão "e os efeitos a contar de 15/12/1998";

II - elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 67, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de considerar seus efeitos a contar de 03/04/2000;

III - confeccione novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 66, levando em conta que o tempo averbado para fins de aposentadoria corresponde a 1.089 dias;

IV - torne sem efeito os documentos substituídos.”

Mediante os documentos de fls. 77 a 79, o órgão jurisdicionado providenciou as medidas determinadas na mencionada deliberação.

Ao examinar o resultado da diligência em apreço, a 4ª Inspeção de Controle Externo, na instrução de fls. 259 a 262, verificou que o ato de retificação não fez menção aos atos de fls. 44, 45 e 63 do apenso e que o abono de fls. 79 do apenso indica indevidamente 03/05/2000 como data de seus efeitos.

O Ministério Público, no parecer de fls. 264, concorda com a manifestação do órgão instrutivo.

É o relatório.

VOTO

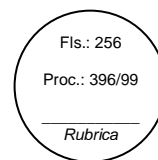
Tendo em vista a necessidade do saneamento dos autos em fase preliminar, conforme registra a acurada análise promovida pela Inspeção competente, placitada pelo duto Ministério Público, acolho as considerações expendidas pelo órgão técnico e, tomando-as como razão de decidir, **voto** no sentido de que o Plenário:

I – considere parcialmente cumprida a diligência objeto da Decisão nº 3235/2005;

II - determine a baixa do processo apenso em nova diligência preliminar, para que a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no prazo de 60 (sessenta) dias:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



- a) retifique o ato de fl. 78, para mencionar os atos de fls. 44, 45 e 63, que alteraram o ato de fl. 40;
- b) elabore abono provisório, em substituição ao de fl. 79, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, para considerar seus efeitos a partir de 03/04/2000;
- c) torne sem efeito o documento substituído.

Sala das Sessões, em 16 de março de 2006.

Marli Vinhadeli
Conselheira